

## Políticas e ações para o envelhecimento

**D**e forma ampla e genérica, quando falamos de Políticas Públicas queremos nos referir a uma série de ações e programas estruturadas pelos governos federal, estadual e municipal, com objetivo de garantir determinados direitos aos cidadãos e cidadãs: por exemplo, saúde, educação, moradia. Apesar da formulação das Políticas Públicas, geralmente, partir dos poderes executivo e/ou legislativo, ela depende de demandas dos cidadãos. Assim, por tratar-se de construção que diz respeito ao coletivo, sua formulação deve organizar-se na interlocução entre o Estado e a sociedade civil.

Pois bem, ao refletirmos sobre questões essenciais na velhice encontramos muitas urgências. Algumas delas, habitação e moradia para velhas e velhos, embora crucial, não tem recebido a necessária atenção da sociedade brasileira tampouco do Estado.



Atendimento domiciliar àqueles que moram sozinhos, particularmente aos fragilizados, encontra-se entre as políticas necessárias a serem implantadas e que exigem celeridade diante de uma população de velhos e velhas que cresce. O direito à educação de velhos e velhas. As formas e a responsabilização pelos cuidados de quem envelhece. A sobrecarga histórica de trabalho, a que as mulheres são submetidas e sua situação ao envelhecerem.

O Primeiro *Plano de Ação internacional para o envelhecimento* – Viena, 1982, há 40 anos, portanto, já dispunha que habitação para a pessoa idosa devia ser “considerada mais que um abrigo [...] tem importância psicológica e social”. O mesmo documento chamava atenção para que a divisão dos cuidados não sobrecarregassem as mulheres, normalmente consideradas como “cuidadoras oficiais”, e para uma divisão de responsabilidades com toda família, além de fomentar a “solidariedade intergeracional”. No encontro de Madri, 2002, também se reforçou o pedido de maior atenção às mulheres e ao fortalecimento de políticas prioritárias que as atendessem, particularmente, à mulher trabalhadora, às mulheres velhas.

Aqui há que se refletir de como essas orientações, dos diversos planos internacionais que subsidiam ações e políticas no mundo - Viena (1982), Madri (2002), Envelhecimento Ativo (2005) - e cujas recomendações apontam para “necessidades das pessoas idosas” referem-se, na verdade, a **Direitos das pessoas idosas** que já deveriam estar assegurados e como a responsabilização, ou culpabilização, individual da população sobre

o tipo de envelhecimento que vivenciará acaba por contaminar, justamente, as Políticas Públicas.

Com o aumento da expectativa de vida, a estruturação de políticas deve se consolidar para lidar com as demandas sociais, sem dúvida há significativos avanços nas legislações e conquistas de direitos, no entanto, há que se ressaltar que há muito a se conquistar.

O artigo de Joilma Oliveira, com base em sua dissertação de mestrado, discute as ações efetivas para habitação de pessoas idosas e apresenta um panorama do que denomina de "*condomínios exclusivos para as pessoas idosas*" como parte da Política Habitacional no Brasil e como demanda de velhos e velhas. Patrícia Mattos e Simone Caldas refletem sobre o direito de acesso à educação formal à pessoa idosa. O direito universal à educação está garantido pela Constituição de 88, no entanto, exige a implementação de políticas regulatórias e no Brasil a ausência de uma política pública voltada para a diversidade etária da população brasileira acaba por alijar velhas e velhos. A psicanálise de velhos, apresentada por Vanessa Biscardi e Fábio Belo, traz a escuta atenta do psicanalista como forma de favorecer "ligamentos" ao sujeito velho que, no recorte apresentado, por vezes está imerso em um desligamento pulsional. O escritor pernambucano Marcelino Freire, autor da obra "Contos Negreiros", nos faz companhia com seu poema "ESTOU FICANDO VELHO" e afirma "[...] *Dono de meu tempo. Nem penso na morte. Estou ficando velho. Nesta vida. Eis a minha grande sorte*".

Ainda nesta edição Vitória Gomes, Luisa Costa e Nina Cozzolino compartilham com leitoras e leitores, artigos baseados em seus *Trabalhos de Conclusão de Curso* (TCC). Cada uma à sua maneira nos ajuda a refletir como a colonização dos olhares e do pensamento e/ou a "monocultura da mente"<sup>1</sup> nos apresenta como única alternativa uma concepção hegemônica de saúde/vida, nos impede de perceber diferentes formas de cuidado e, também, em como pensar estratégias diferentes no tratamento de pessoas com Alzheimer como, por exemplo, a valorização da memória coletiva.

Nesta edição da *Revista Longeviver*, olhares diversos analisam e visibilizam tendências nas ações que deveriam pensar no acolhimento da velhice.

*Celina Dias Azevedo e Beltrina Côrte - Editoras*

---

<sup>1</sup> Para saber mais: obra publicada na década de 90, autoria da filósofa e física Vandana Shiva que em sua obra "Monocultura da mente" aponta para o fato que a incapacidade de enxergarmos a **diversidade acarreta a monocultura da mente**, uma ferramenta de poder para controlar a **vida**.